

Portugal beligerante na Grande Guerra:

Razões fundamentais e consequências

Coronel Mestre Luís Alves de Fraga¹

Introdução

Ainda é vulgar, em Portugal, encontrar historiadores que defendem a neutralidade ambígua imposta, pela Inglaterra, ao Governo da República, em 1914, no começo da Grande Guerra, duvidando da vantagem e das boas razões que levaram os adeptos da beligerância nacional aos campos de batalha da Flandres francesa, em 1917. Trata-se, portanto, de um assunto controverso, cuja origem ainda se fundamenta na larga propaganda política que sobre ele se desenvolveu na época e posteriormente. Essa propaganda, que encontrou no Estado Novo uma excelente caixa de ressonância, tem-se prolongado e ofuscado o completo entendimento da beligerância nacional, tanto mais que faz contraponto com a neutralidade tão elogiada que o Professor Oliveira Salazar conseguiu para Portugal durante a 2.^a Guerra Mundial.

Dos estudos por nós feitos², ao longo dos anos, concluímos que existiram poderosos motivos para determinar o não cumprimento da sugestão britânica e para, aproveitando um ensejo de momento, forçar o convite inglês para mudar o estatuto no conflito de neutral para beligerante. A política nacional de beligerância sofreu, depois de definida em 1916, ajustes, no final de 1917³, que a descaracterizaram quase por completo⁴.

A complexidade deste tema, que muito pouco tem sido desbravado, leva-nos a ter de ser necessariamente breves nas explicações que vamos tecer. Não poderemos justificar tão pormenorizadamente o nosso raciocínio quanto seria desejável para fundamentá-lo, todavia, iremos deixando ao longo do texto as referências a estudos mais profundos que já

¹ Professor na Universidade Autónoma de Lisboa, membro da Comissão Portuguesa de História Militar.

² Dos quais sobressaímos *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 - 1916*. Lisboa: Universitária Editora. 2001. ISBN 972-700-309-5 por ser aquele onde explanamos as razões que motivaram Portugal a adoptar uma política de beligerância e onde no debruçamos cautelosamente sobre os quadros políticos internos e externos que, em conjunto, definiram a necessidade de entrar no conflito que devastava a Europa.

³ Com a tomada do Poder por Sidónio Pais. Veja-se, da nossa autoria, *Revolta sidonista: a grande mudança in Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9, p. 393-395.

⁴ Ainda da nossa autoria *Reflexos do sidonismo: o CEP abandonado in Op. cit.* p. 402-403.

fizemos os quais poderão servir de apoio a todos quantos, curiosos, se debruçarem sobre o assunto em questão.

O nosso objectivo é, por um lado, descrever como era imperiosa a beligerância nacional logo em 1914, quando estalou o conflito, em Agosto, embora só se tenha vindo a concretizar em 1916 e, por outro, mostrar como sofreu uma alteração a política externa portuguesa com a tomada do Poder por Sidónio Pais. Para conseguirmos o nosso desiderato começaremos por dar uma breve panorâmica da situação de dependência em que Portugal vivia no final do regime monárquico e começo do republicano; em seguida, passaremos à análise das manobras políticas que visaram ora tornar Portugal beligerante, ora mantê-lo na neutralidade ambígua, acabando por chegar à declaração de guerra da Alemanha; depois, deixaremos um pequeno apontamento sobre o esforço militar feito para colocar e manter em França um Corpo de Exército de mais de cinquenta e cinco mil homens; por fim, falaremos da tomada do Poder por Sidónio Pais e os reflexos que tal ocorrência teve no desempenho das tropas na frente de batalha europeia.

A dependência portuguesa

Após a grande explosão provocada pela Revolução Industrial, quando o ferro e o carvão passaram a dominar o quotidiano dos europeus e americanos, Portugal mostrou a sua pobreza, que já era latente em séculos anteriores. Incapaz de dar um salto em frente na actividade produtiva, ficou-se pelo amanho da terra donde arrancava algum parco sustento e algumas sobras que vendia ao estrangeiro: especialmente vinho e azeite. Mas, não raro era o ano, em que o produzido ficava aquém do necessário: isso acontecia sem cessar com os cereais panificáveis, em regra, o trigo. Do engenho fabril quase tudo se adquiria no estrangeiro. Em 1914 os grandes fornecedores do país eram a Grã-Bretanha e a Alemanha. É certo que a primeira mais a Espanha e o Brasil eram, também, os grandes compradores dos excedentes que conseguíamos ter, contudo, Portugal comprava sempre mais do que vendia⁵.

Não era só ao nível da produção e do comércio que o país necessitava da Inglaterra. Incapaz de viver dentro do orçamento de receitas cobradas, Portugal todos os anos precisava de empréstimos para cobrir o deficit gerado pelas excessivas despesas e, assim, Londres era a praça financeira que supria as carências de Lisboa. De tal modo a situação se

⁵ Sobre toda a temática da dependência que o atraso económico provocado em Portugal pela Revolução Industrial veja-se Sacuntala de Miranda, *Portugal: O Círculo Vicioso da Dependência (1890 – 1939)*. Lisboa: Teorema, s. d. [1991]. ISBN 972-695-137-2.

tornou crónica e grave que Berlim e Londres concertaram secretamente entre si, em 1898, um acordo de partilha das maiores colónias africanas portuguesas mediante o favorecimento de um largo empréstimo conjunto que se sabia ser incobrável. Valeu a Portugal a França que, sem contra-partidas excessivamente gravosas, supriu as necessidades financeiras nacionais. Entre 1912 e 1914 de novo houve conversações entre as duas grandes capitais europeias para refazerem o acordo do final do século anterior. Desta feita, contudo, Londres impôs, contrariamente à vontade de Berlim, que se desse publicidade ao acordo e que não existissem cláusulas secretas. Valeu a Lisboa a eclosão da Grande Guerra⁶. Os fundamentos da atitude britânica justificavam-se no facto de tentar negociar com a Alemanha o não crescimento da sua marinha de guerra contra a entrega de parte dos territórios africanos de Portugal.

Já nos últimos anos da Monarquia em Portugal eram evidentes os sinais de profunda dependência em relação à Grã-Bretanha; a interferência britânica nos negócios externos e internos do país saltavam à vista de todos e muito especialmente dos estrangeiros. Tal dependência agravava-se pelo facto de Portugal ter soberania sobre territórios considerados estratégicos para a política externa inglesa — caso dos arquipélagos atlânticos dos Açores, Madeira e Cabo Verde necessários ao abastecimento de carvão ou por lá passarem os cabos submarinos que ligavam a Ilha Britânica ao seu vasto império colonial e ao mundo⁷.

O apaziguamento, em 1909, dos desentendimentos entre a Inglaterra e a França não alterou significativamente a situação de Portugal; antes pelo contrário, porque retirou a Paris uma certa independência de manobra que até então pretendia ter na sua relação com Londres. A concertação de políticas entre aquelas duas capitais entregou mais ainda Portugal a um destino de dependência que o não honrava.

A mudança de regime, em 1910, ainda que consentida por Londres através da garantia de neutralidade⁸ face a uma revolução em Portugal, não alterou, significativamente, a dependência existente. Contudo, deve deixar-se claro que houve uma tomada de consciência por parte dos políticos republicanos radicais no que concerne ao relacionamento com a Grã-Bretanha. Com efeito, Afonso Costa e a fatia mais à esquerda do Partido Repu-

⁶ Veja-se José de Almada, *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*. Lisboa: Edições do Estado-Maior do Exército. 1946. p. 77-78.

⁷ Sobre a importância estratégica dos arquipélagos atlânticos e os territórios coloniais africanos de Portugal veja-se o nosso estudo «A Implantação da República Portuguesa numa Perspectiva Geopolítica» in *Revista Militar*, n.º 2/3, Fevereiro/Março, 1988, p. 105-174

⁸ Consulte-se José Relvas, *Memórias Políticas*. vol. 1, Lisboa: Terra Livre. 1977, p. 221-222.

blicano Português — aqueles que, mais tarde, se vieram a denominar *Democráticos* — sabiam que, estando amarrado a Londres por uma dependência pouco dignificante, Portugal teria de marcar objectivos distantes para se desprender da protecção da Inglaterra, desenvolvendo, no entanto, uma política cautelosa a esse propósito. A eclosão da guerra, em 1914, pareceu, desde logo, o momento propício para conseguir marcar perante as potências europeias o corte tão almejado pelos mais conscientes políticos nacionais. Portugal tinha de aparecer no areópago europeu como nação aliada, soberana e independente, ainda que carecesse de ajudas financeiras para assumir tal postura. A este propósito, deve deixar-se claro que foram poucos os Estados que se não endividaram ao entrarem na guerra.

A neutralidade ambígua que Londres sugeriu ao Governo de Bernardino Machado logo após o início do conflito e que ficou plasmada numa vaga declaração, que permitia várias leituras, feita no Parlamento⁹, ofereceu a oportunidade para os *Democráticos* — adeptos da beligerância portuguesa — tentarem forçar a mudança de posição da Grã-Bretanha, levando-a a solicitar o auxílio português e a entrada no conflito, fórmula única de a amarrar aos destinos de Portugal, comprometendo-a no plano internacional e cerceando-lhe a liberdade para fazer acordos posteriores prejudiciais a Lisboa. Era o destino de Portugal, das suas colónias e do regime republicano que estavam em jogo. Excessos de confiança por parte de outros agrupamentos políticos republicanos e, até, monárquicos não foram capazes de vislumbrar os perigos que se delineavam no horizonte para Portugal. Realmente, a beligerância era a fórmula que restringia a liberdade diplomática da Grã-Bretanha e dava garantias ao Governo de Lisboa não só quanto à manutenção da independência e soberania como, também, quanto à posse das invejadas colónias nacionais¹⁰. Foram muitos os bons portugueses que tiveram consciência da estratégia a seguir perante o conflito. Todavia, para a maioria a guerra nada lhe dizia e representava um sacrifício sem qualquer retorno.

Da neutralidade ambígua para a guerra

⁹ Vd. Hernâni Cidade, Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918 in *História de Portugal* (dir. Damião Peres) vol. II. Barcelos: Portucalense Editora, 1935, p. 496.

¹⁰ Da nossa autoria, *O Fim da Ambiguidade* é a obra que explica com pormenores e de modo abrangente a necessidade de definir uma estratégia de beligerância para fazer face ao quadro interno e externo que se vivia na época. Procurámos, tanto quanto possível, fazer o levantamento da situação nas várias vertentes de conflito que se desenhavam no horizonte da política nacional.

O pedido francês, ainda em 1914, de cedência de peças de artilharia feito ao Governo português levou a que este, num golpe que visava a mudança de estatuto perante a guerra, respondesse a Paris que só por intervenção britânica poderia ser satisfeito o desejo da França, mas, e mesmo assim, só se cederiam as peças se fossem acompanhadas dos respectivos militares. Londres, sob a pressão gaulesa, teve de pedir a intervenção de Portugal no conflito. Contudo, fê-lo com tais manobras diplomáticas que levou a que primeiro embarcasse o material pretendido e só depois os homens, porque a mobilização nacional estava atrasada e era conveniente seguissem à frente as peças de artilharia.

Por um lado, a ingenuidade lusitana e, por outro, a muita falta de vontade de ir para a guerra de vários sectores da vida nacional conduziram à queda do Governo de Azevedo Coutinho e à chamada a formar Gabinete o general Pimenta de Castro. É necessário deixar claro que Manuel de Arriaga, Presidente da República e responsável pelo convite ao velho general, era contrário à beligerância portuguesa tal como o era Pimenta de Castro que passou a governar sem recurso ao Parlamento, ou seja, em completa ditadura com a concordância do mais alto magistrado da Nação¹¹.

A rebeldia civil, conduzida pelos *Democráticos* chefiados por Afonso Costa, permitiu a preparação da revolução de 14 de Maio de 1915 a qual levou à queda do Governo Pimenta de Castro e, por arrastamento, como não podia deixar de ser, ao pedido de exoneração do Presidente da República, Manuel de Arriaga.

Formado Governo por José de Castro estavam criadas as condições para se traçar, agora com mais segurança, uma estratégia nacional que conduzisse à beligerância, contudo, tinha-se já esfumada a razão do final do ano de 1914. Nem a França nem a Inglaterra já recordavam o compromisso português de mandar tropas a acompanhar as peças de artilharia. Tudo tinha de começar do início.

Foi no final do ano de 1915 que surgiu, de novo, a possibilidade de a diplomacia portuguesa levar Londres a requerer a beligerância nacional quando, carecendo de um empréstimo de três milhões de libras solicitou o aval do Governo britânico. Nessa altura, no *Foreign Office*, houve a tentação de pressionar Portugal a requisitar os navios alemães e austríacos que se haviam recolhido aos portos portugueses para evitarem ser afundados

¹¹ Cf. *O Fim da Ambiguidade*, p. 130-211. O pedido francês pode ter estado relacionado com a atitude do ministro português em Paris, João Chagas, mas, estando ou não, constituiu a primeira oportunidade para gerar as condições de alteração do estatuto ambíguo de Portugal. A atitude diplomática da Grã-Bretanha durante este período deixa bem clara a sua intenção de pretender obter do Governo de Lisboa as máximas vantagens dessa ambiguidade diplomática sem criar compromissos que lhe limitassem, no futuro, os movimentos. É a falta de estudo integrado da documentação diplomática da época que tem levado alguns historiadores a só apreenderem uma parcela da política e da estratégia de Portugal naquele tempo.

aquando do início da guerra, pondo-os ao serviço da Grã-Bretanha. Sir Edward Grey, ministro dos negócios estrangeiros, concordando com o empréstimo de dois milhões de libras, condicionou o terceiro milhão à requisição dos navios que tanta falta faziam à Inglaterra. Em Lisboa, Afonso Costa manobrou diplomaticamente de modo a que Londres tivesse de invocar a aliança luso-britânica para que a requisição tivesse lugar. E conseguiu, tal era a necessidade inglesa¹². Para garantir que a Alemanha declararia guerra a Portugal a requisição dos navios tomou a forma de um verdadeiro golpe de mão, humilhando a soberania germânica. Como era de prever, Berlim reagiu notificando o Governo chefiado por Afonso Costa da ruptura de relações diplomáticas, passando-se ao estado de guerra. Isto aconteceu a 9 de Março de 1916. Desta forma, Portugal adquirira o direito a sentar-se como potência independente e soberana à mesa da conferência da paz, quando a guerra acabasse por concordância das partes ou derrota da Alemanha. Havia, então, que aprontar a intervenção militar para se poder com verdade assumir a dignidade de beligerante.

O esforço militar português

O esforço militar português começou logo no início do conflito na Europa, independentemente da situação de neutralidade ambígua a que já nos referimos. Com efeito, logo em 1914 houve que reforçar as guarnições militares de Angola e de Moçambique por causa da contiguidade fronteiriça com colónias alemãs e temer-se que por lá fossem invadidas as províncias nacionais. Inicialmente não foram grandes os contingentes destacados para aquelas colónias de África; todavia, dada a situação de rebelião dos gentios do Sul de Angola houve que reforçar a primeira coluna, enviando tropas comandadas pelo general Pereira d'Eça¹³. Mais tarde, já depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 1916 e 1917, foi a vez de se enviarem fortes contingentes de tropas europeias para Moçambique de modo a desenvolver acções ofensivas sobre o território de Kionga e de tomar parte na defesa do Norte da colónia em colaboração com forças britânicas. Contudo, este foi um esforço adicional, porquanto, não era em África que, segundo o ponto de vista de Afonso Costa, se defenderiam os interesses nacionais, mas sim na frente europeia. Era para lá que se teria de mandar o maior contingente militar.

Naturalmente, na época e, especialmente, agora pode colocar-se a questão de um pequeno país, com uma população reduzida, pretender alcandorar-se ao nível das grandes

¹² Cf. da nossa autoria *O Fim da Ambiguidade*, p. 259-299.

¹³ Veja-se, também da nossa autoria, Portugal entre a Europa e as colónias in *Portugal e a Grande Guerra*, p. 148-154 e Portugal: mobilizações para a guerra in *Op. cit.* p. 275-277.

potências, capazes de mobilizar muitos milhares de homens — milhões, até — impondo aos Aliados um auxílio que nunca poderia ir mais longe do que, no máximo, uma centena de milhar de soldados. É uma questão pertinente e que, por isso, merece que nos debruçemos sobre ela durante alguns instantes, pois está no cerne da beligerância nacional e só compreendendo-a se pode compreender o esforço de Portugal.

A beligerância portuguesa e a correspondente componente militar têm de ser olhadas sob dois prismas diferentes: um, de natureza externa e outro, de natureza interna.

Externamente, o pequeno auxílio em homens que Portugal poderia oferecer para o esforço de guerra era compreendido de maneiras diversas; assim, para a martirizada França qualquer milhar de soldados que fosse combater nas trincheiras em defesa do solo gaulês era um excelente contributo; no entanto, para o Alto Comando Britânico mais milhar menos milhar era independente, porque, com arrogância, olhava mais para a eficiência do que para a eficácia, ou seja, era-lhe mais importante que os combatentes fossem homens experientes do que numerosos e pouco sabedores do modo de fazer a guerra. Esta era a grande clivagem que separava os Altos Comandos Francês e Inglês. Deste modo, para o Governo britânico o auxílio português era desprezável, podendo, até, constituir um empecilho se empregue como tropa combatente. Assim, o Governo português contou, logo desde o início da beligerância nacional, com a má vontade inglesa. Má vontade que se traduziu efectivamente numa série de entraves à participação directa das tropas lusas nos campos de batalha, em França; no máximo, os nossos soldados, segundo a opinião de Londres, poderiam servir como auxiliares para trabalhos de engenharia na retaguarda das forças britânicas e se tivessem de avançar para as trincheiras seria conveniente que fossem comandados por oficiais ingleses!

Internamente, tinha-se consciência de que o auxílio dado pelos milhares de soldados portugueses mandados para França era malquisto pelos Ingleses e apreciado pelos Franceses e, ao mesmo tempo, sabia-se e desejava-se que esses combatentes, mais do que um reforço na defesa aliada, fossem uma força *diplomática* na frente de batalha, isto é, representassem Portugal como Estado beligerante. Tratava-se, pois, de uma acção de reconhecimento internacional do país e não de procurar mostrar pela força a capacidade combatente dos Portugueses; era suficiente que não deslustrassem o valor das armas nacionais, mas não se lhes impunha a obrigação de trazer para o país vitórias militares impossíveis de alcançar naquele tipo de guerra.

Foi dentro deste espírito que se mobilizaram, ainda em 1916, as primeiras forças para serem treinadas na moderna forma de fazer a guerra.

Começou por se preparar a chamada *Divisão Auxiliar*¹⁴ a qual deu lugar ao Corpo Expedicionário Português (CEP) que, já instalado em França, sofreu alterações orgânicas de modo a poder constituir-se em Corpo de Exército com duas Divisões¹⁵, ficando a aguardar a mobilização de uma terceira para em tudo se assemelhar a uma grande unidade britânica.

Ao todo, entre Janeiro e Outubro de 1917, seguiram para França mais de cinquenta e cinco mil homens que foram integrados na frente britânica na região do rio Lys, próximo da fronteira belga, mesmo de frente para a cidade de Lille, ocupada pelos Alemães. Encarregou-se do transporte marítimo desta força a marinha inglesa que, para o efeito, disponibilizou alguns navios. A partir de Novembro de 1917, Londres retirou deste serviço as embarcações a tal destinadas, ficando Portugal dependente de dois pequenos navios que mal davam para transportar, ao todo, dois milhares de soldados e respectivo material. A Armada nacional não possuía vasos de guerra capazes de assegurar a protecção marítima dos dois transportes de tropas o que os deixava entregues à sua sorte caso se cruzassem com submarinos germânicos.

Do ponto de vista táctico o Alto Comando Britânico em França destinou ao Portugueses um sector com cerca de 12 km de frente, numa zona considerada tranquila, mas que, no entanto, tinha fracas possibilidades naturais de defesa, pois era impossível cavar trincheiras no solo alagadiço, tendo-se de as fazer à custa de sacos de terra sobre elevados no terreno. Como consequência, os abrigos eram frágeis, húmidos e frios¹⁶. Ainda no mês de Novembro o comando do sector foi entregue ao general Tamagnini de Abreu e Silva.

Dada a resolução britânica, antes referida, de cortar com os transportes marítimos a manutenção do CEP ficou, logo de imediato, comprometida, visto que os desgastes por morte, ferimento e doença se faziam sentir e iam faltando efectivos para os completar. Esta situação foi sustentável até ao mês de Março de 1918, ainda que, a partir de Janeiro, a tropa que havia entrado em linhas a partir de Abril de 1917 desse já sinais de grande desgaste e abatimento moral¹⁷.

Em Março, contudo, iniciou-se o verdadeiro calvário dos Portugueses em França, porque o Alto Comando Alemão determinou que se desse início à preparação de um ataque

¹⁴ Vd. da nossa autoria, *Divisão Auxiliar: uma curta vida in Portugal e a Grande Guerra*, p. 175-177 e, também na mesma obra, *Divisão de Instrução: as manobras de Tancos*, p. 278-282.

¹⁵ Cf. da nossa autoria, *Corpo Expedicionário Português in Portugal e a Grande Guerra*, p. 283-288 e, também, na mesma obra, *O CEP em França: enfim, a guerra*, p. 301-305.

¹⁶ Vd. da nossa autoria, *O CEP marcha para o «front» in Portugal e a Grande Guerra*, p. 322-325.

¹⁷ Vejam-se as estatísticas do CEP no capítulo *Portugal e a Grande Guerra: balanço estatístico in Portugal e a Grande Guerra*, p. 547-552.

de certa envergadura na zona do rio Lys exactamente sobre o Corpo de Exército português. De princípio, pensavam os Alemães, seria uma ofensiva secundária para distrair o comando britânico da zona do Somme. Com o rodar das semanas ganhou forma uma outra ideia: desencadear uma ofensiva de grande escala no Lys, visando a ruptura da frente de modo a poder cortá-la na região de Calais. Para tanto, era necessário fazer uma preparação das tropas e uma perfeita identificação do adversário; precisava-se de marcar as posições das peças de artilharia e de ajustar o tiro para que no dia apazado tudo se desenrolasse com a máxima correcção. Ao mesmo tempo tinham os Alemães de gerar a ideia de que tudo não passava de um falso alarme. O Alto Comando Britânico aceitou, até ao último momento, a segunda hipótese, enquanto que o comando do Corpo de Exército português, desde os primeiros dias de Março, opinou que se preparava uma grande ofensiva na frente das suas forças. A altivez e arrogância britânicas impuseram-se e as tropas portuguesas não foram reforçadas¹⁸.

Na madrugada de 9 de Abril de 1918 teve início a batalha de La Lys que começou por colocar frente a uma única Divisão portuguesa oito Divisões germânicas, frescas e aptas para a ofensiva. Na fase preparatória do ataque os Alemães concentraram sobre os 12 km de trincheiras nacionais nada mais do que 1 500 bocas de fogo que destruíram as fracas obras defensivas onde se acoitavam os soldados de Portugal. Não resistiram eles — nem resistiria nenhuma tropa — tal como não conseguiram resistir as forças britânicas contíguas ao sector nacional. A ruptura só foi travada, muito a custo, quase no final do mês depois de ter feito uma profunda brecha no sistema defensivo aliado¹⁹.

Depois da batalha do Lys o CEP estava, na prática, acabado. Os restos que sobram — cerca de 7 000 homens foram feitos prisioneiros pelos Alemães — passaram, finalmente, a ser utilizados pelos Ingleses como cavadores de enxada para abrir estradas, reparar trincheiras ou lançar pontes. Os velhos aliados britânicos para mais não reconheciam valor nos soldados portugueses²⁰. E ainda hoje há historiadores ingleses que culpam a 2.ª Divisão do CEP de ter cedido perante a avalanche alemã, como se as correspondentes unidades britânicas se tivessem mantido fixas no terreno! A verdadeira culpa — se existiu — ficou a dever-se à conjugação de, pelo menos, dois efeitos quase concomitantes no tem-

¹⁸ Vd. da nossa autoria, *Guerra & Marginalidade: O Comportamento das Tropas Portuguesas em França: 1917-1918*, Lisboa: Prefácio. 2003. ISBN 972-8563-90-6. p. 115-120.

¹⁹ Cf. da nossa autoria, A participação de Portugal na Grande Guerra in *História Contemporânea de Portugal* (dir. João Medina), tomo II, Lisboa: Amigos do Livro, Editores. 1985. p. 34-53.

²⁰ Veja-se, também da nossa autoria, O CEP depois de La Lys: que fazer com estes restos? in *Portugal e a Grande Guerra*, p. 447-450.

po: a recusa de Londres em fornecer transportes marítimos para levar tropas portuguesas para França e a tomada do Poder político em Portugal por Sidónio Pais²¹. É sobre esta última vertente que nos vamos, agora, debruçar.

Sidónio Pais e a política de guerra

Mais do que perceber como Sidónio Pais alcançou o Poder interessa compreender os motivos que estão na origem de ter podido haver em Portugal uma revolução com as características da que levou às cadeiras da governação o antigo ministro plenipotenciário de Portugal em Berlim.

Antes do mais importa ter em atenção que os circuitos comerciais e produtivos da Europa estavam completamente destruídos por causa da guerra marítima que impedia a livre circulação das mercadorias. Por outro lado, convém realçar que as indústrias produtivas estavam praticamente paralisadas, pois se haviam adaptado à produção de artefactos bélicos ou necessários às tropas. Neste contexto, um país como Portugal, absolutamente dependente das importações e carente de exportar os excedentes para equilibrar a sua vida mercantil, tinha de entrar em profunda convulsão social por via das faltas mais essenciais e por causa do aumento constante do custo de vida. É assim que ele está à beira da ruptura no final do ano de 1917. A opinião pública, incapaz de perceber que a desorganização económica provinha do simples facto da Europa e o mundo estarem em guerra, culpava o Governo da impossibilidade de travar a crise; e, acima de tudo, acusava-o de todo o mal-estar provir da participação de Portugal no conflito. A conspiração monárquica fervilhava dentro e fora do país apoiada por agentes alemães que se acoitavam em Espanha. Nestas circunstâncias qualquer solução política que promettesse alterar o estado de coisas era bem-vinda. Sidónio Pais aceitou encarnar — convicto ou não das suas possibilidades — o papel do salvador da Pátria. Não era grave essa assunção se ela continuasse a política de guerra que o Governo liderado por Afonso Costa havia definido. Todavia, Sidónio Pais, por ter ou não assumido compromissos secretos com a Inglaterra²², alterou, logo de imediato, em Janeiro de 1918, a política beligerante que se vinha seguindo.

Na verdade, o novo senhor da situação cedeu com grande facilidade às exigências do chefe da missão militar britânica em Lisboa, o major-general Nathaniel Barnardiston

²¹ Veja-se, quando oportuno e possível, o nosso trabalho ainda inédito *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra: 1916 – 1918*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. 2008. (Tese de doutoramento policopiada). p 545.

²² Sobre esta temática tem de ser analisada com grande cautela a obra anteriormente citada.

que se tinha sempre mostrado contrário ao protagonismo militar dos Portugueses. Ainda em Janeiro foram dadas ordens para dismantelar o que restava do Corpo de Exército português em França. Felizmente, a oficialidade portuguesa do estado-maior daquela unidade conseguiu protelar a decisão na esperança de ver modificado o transporte de tropas vindas de Portugal. No entanto, pelo contrário, Sidónio Pais, em Lisboa, permitiu que todos os militares que quisessem regressar da frente de batalha o fizessem, ficando em Portugal e deixando estiolar o CEP. Foi nestas circunstâncias que a ofensiva de Abril colheu as tropas nacionais.

Entre Janeiro e Abril de 1918 as instruções de Sidónio Pais relativas à posição de Portugal na guerra foram sempre no sentido de se ceder a todas as exigências britânicas sem forçar absolutamente nada que impusesse o país à vontade de Londres. A subalternidade foi total e absoluta o que, à luz dos conhecimentos actuais, parece afastar a tese da germanofilia de Sidónio Pais posta a circular nos anos que se seguiram ao conflito²³.

Substituído o comandante do CEP pelo general Tomás Garcia Rosado, depois deste ter travado negociações militares em Londres com vista a conseguir a reconstituição da força em França com os efectivos que restavam e mais alguns que fossem possíveis de transportar de Portugal, já se aproximava a data do armistício, foi possível, dos efectivos restantes do CEP, pôr em pé de guerra apenas quatro Batalhões de Infantaria que, por mero acaso e boas vontades individuais de comandantes britânicos, tomaram parte na última avançada aliada sobre os Alemães em fuga.

A política de guerra conduzida por Sidónio Pais e o desprezo a que Londres votou o empenho militar português em França reduziram a quase nada o esforço desenvolvido por Afonso Costa e a sua equipa governamental nos anos de 1916 e 1917.

Conclusão

Tal como havíamos prometido no início da nossa intervenção procurámos, por um lado, descrever como era imperiosa a beligerância nacional logo em 1914, quando estalou o conflito, em Agosto, embora só se tenha vindo a concretizar em 1916 e, por outro, termos mostrado como sofreu uma alteração a política externa portuguesa com a tomada do Poder por Sidónio Pais.

²³ Consulte-se, uma vez mais a última obra citada.

Demos uma breve panorâmica da dependência de Portugal no final do século XIX e começo do século XX — factor determinante para se desejar a beligerância em 1914 —, depois, deixámos uma perspectiva de como se desenvolveu a política e a diplomacia nacional para conseguir transformar o estatuto de neutralidade ambígua imposto pela Grã-Bretanha no de beligerante; em seguida, focámos a nossa atenção no esforço militar desenvolvido por Portugal para colocar em França uma grande unidade que tivesse nível suficiente para dignificar o Estado e o regime republicano recentemente proclamado; por fim, debruçámo-nos sobre a política de guerra seguida por Sidónio Pais no ano de 1918 e deixámos evidenciada a ruptura entre os objectivos prosseguidos por Afonso Costa e os de Sidónio Pais.

A intervenção militar e política dos Estados Unidos da América na guerra, em grande parte, alterou o que se esperava ser o fim do conflito. Realmente, na conferência da paz tiveram assento potências nacionais neutras que, em princípio estariam dela ausentes segundo a tradição. Portugal, aparentemente, não beneficiou da beligerância nem do facto de ter estado a combater nas trincheiras da Europa, contudo, ganhou o direito a compensações de guerra as quais, não o tirando do sufoco financeiro em que tinha vivido os últimos anos, lhe deu margem de manobra para recompor alguns dos seus sectores económicos mais atrasados, nomeadamente, a sua marinha mercante. Por outro lado, a beligerância foi uma forma de fazer aceitar a República como regime em Portugal e na Europa e de afastar ambições sobre as colónias africanas até então bastante cobiçadas; a beligerância foi, afinal, não o desejo gratuito de entrar numa guerra, mas a tentativa de participar nos grandes problemas europeus, afirmando uma independência e uma soberania que andavam malbaratadas e, ao mesmo tempo, a esperança de conseguir acertar o passo social e culturalmente com as grandes potências do Velho Continente²⁴.

Bibliografia

ALMADA, José de — *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*. Lisboa: Edições do Estado-Maior do Exército. 1946.

²⁴ Sobre a modificação cultural que se esperava com a intervenção na guerra veja-se o nosso ensaio Portugal na Grande Guerra, uma mudança estratégica? *Revista de História das Ideias, República*, vol. 27, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, ISSN 0870-0958, p. 323-357.

- CIDADE, Hernâni — Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918 in *História de Portugal* (dir. Damião Peres) vol. II. Barcelos: Portucalense Editora, 1935.
- FRAGA, Luís Alves de — A Implantação da República Portuguesa numa Perspectiva Geopolítica. *Revista Militar*, n.º 2/3, Fevereiro/Março, 1988.
- A participação de Portugal na Grande Guerra in *História Contemporânea de Portugal* (dir. João Medina), tomo II, Lisboa: Amigos do Livro, Editores. 1985.
- Corpo Expedicionário Português in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
- Divisão Auxiliar: uma curta vida in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
- Divisão de Instrução: as manobras de Tancos in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
- *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra: 1916 – 1918*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. 2008. (Tese de doutoramento polycopiada).
- *Guerra & Marginalidade: O Comportamento das Tropas Portuguesas em França: 1917-1918*, Lisboa: Prefácio. 2003. ISBN 972-8563-90-6.
- O CEP depois de La Lys: que fazer com estes restos? in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
- O CEP em França: enfim, a guerra in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
- O CEP marcha para o «front» in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.

- *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 - 1916*. Lisboa: Universitária Editora. 2001. ISBN 972-700-309-5.
 - Portugal e a Grande Guerra: balanço estatístico in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
 - Portugal entre a Europa e as colónias in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
 - Portugal na Grande Guerra, uma mudança estratégica? *Revista de História das Ideias, República*, vol. 27, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, ISSN 0870-0958.
 - Portugal: mobilizações para a guerra in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
 - Reflexos do sidonismo: o CEP abandonado in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
 - Revolta sidonista: a grande mudança in *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes). Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003]. ISBN 972-9335-07-9.
- MIRANDA, Sacuntala de — *Portugal: O Círculo Vicioso da Dependência (1890 – 1939)*. Lisboa: Teorema, s. d. [1991]. ISBN 972-695-137-2.
- RELVAS, José — *Memórias Políticas*. vol. 1, Lisboa: Terra Livre. 1977.